



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 06 de OUT de 2025
na Sessão ORDINÁRIA

[Assinatura]
Mesa Diretora

INDICAÇÃO N. 519/2025

Autoria: Vereador Darlan Trindade Carvalho

Lido em

06 OUT 2025
[Assinatura]
Responsável

SÚMULA: O vereador que a esta subscreve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 157, combinado com o § 1º do artigo 158, do Regimento Interno, INDICA ao Prefeito Municipal de Alta Floresta, Sr. Valdemar Gamba, após apreciação e concordância do Soberano Plenário, a necessidade de encaminhar a esta Casa de Leis Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.860, de 06 de setembro de 2023, em conformidade com o memorial justificativo e minuta de projeto de lei anexa.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem como finalidade propor ao Poder Executivo Municipal o encaminhamento de Projeto de Lei Complementar que atualize a Lei Municipal nº 2.860/2023, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público em nosso Município.

A medida é necessária para adequar a legislação municipal às exigências da Resolução CIF nº 15/2025 e da Lei Federal nº 14.113/2020 (novo FUNDEB), assegurando a continuidade do recebimento dos recursos da complementação VAAR – Valor Aluno Ano Resultado, a partir de 2026.

Além disso, a alteração proposta fortalece a gestão democrática da educação, garantindo critérios técnicos de mérito e desempenho, a participação da comunidade escolar na escolha dos gestores e a eliminação de interferências político-partidárias.

Dessa forma, trata-se de iniciativa que trará avanços significativos para a transparência, a qualidade do ensino e a eficiência administrativa na Rede Municipal de Educação.

Acompanha esta Indicação, em anexo, o Memorial Justificativo e a minuta do Projeto de Lei Complementar, para subsidiar a análise e encaminhamento pelo Executivo.

Confiantes no empenho de Vossa Excelência neste sentido e nos colocamos a vossa inteira disposição, subscrevo-me com elevados votos de estima consideração desejando sucessos em vossas realizações.

Plenário Vereador Arnaldo Corcino da Rocha
Alta Floresta – MT, 30 de setembro de 2025.

[Assinatura]

Darlan Trindade Carvalho
Vereador

06 OUT 2025
Lido em _____
Responsável _____

MEMORIAL JUSTIFICATIVO

Proposta de Alteração da Lei Municipal nº 2.860, de 06 de setembro de 2023

1. Contextualização

A Lei Municipal nº 2.860/2023 dispõe sobre a gestão democrática do ensino público municipal de Alta Floresta – MT. Entretanto, após análise técnica e diante das recentes normativas federais e estaduais, constatou-se a necessidade de adequação de seus dispositivos para atender às novas exigências legais e garantir a continuidade da plena execução das políticas públicas educacionais.

A Resolução CIF nº 15, de 12 de junho de 2025, estabeleceu condicionalidades de aprimoramento da gestão educacional, enquanto a Lei Federal nº 14.113/2020 (novo FUNDEB) condiciona a complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) à adoção de mecanismos de seleção de gestores escolares pautados na meritocracia, na transparência e na participação social.

Assim, torna-se imprescindível a atualização da legislação municipal, evitando a perda de recursos federais a partir de 2026 e consolidando uma gestão democrática, técnica e eficiente da Rede Municipal de Ensino.

2. Objetivos da Proposta

A alteração legislativa visa:

- I - Adequar a legislação municipal às normas constitucionais, federais e resolutivas vigentes;
- II - Instituir critérios objetivos e transparentes para o processo seletivo de diretores, coordenadores pedagógicos e secretários escolares;
- III - Reforçar a gestão democrática, assegurando a participação efetiva da comunidade escolar na escolha dos gestores;

- IV - Eliminar interferências político-partidárias, garantindo impessoalidade e foco na qualidade educacional;
- V - Assegurar a continuidade do recebimento dos recursos do FUNDEB (VAAR), imprescindíveis para o financiamento da educação municipal.

3. Fundamentação Legal

Constituição Federal, art. 206, VI – estabelece a gestão democrática do ensino público;

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), art. 14 – prevê a participação da comunidade escolar;

Lei Federal nº 14.113/2020, art. 14, §1º, I – condiciona a complementação VAAR a processos seletivos objetivos e democráticos;

Resolução CIF nº 15/2025 – impõe a adequação normativa como requisito para a manutenção dos repasses federais.

4. Benefícios da Alteração

A proposta de alteração traz avanços significativos:

- I - Criação de processos seletivos públicos e técnicos para funções gestoras, com etapas eliminatórias e classificatórias;
- II - Exigência de requisitos de idoneidade e experiência, assegurando maior credibilidade aos selecionados;
- III - Submissão dos planos de gestão à comunidade escolar, fortalecendo o controle social;
- IV - Estreitamento da integração entre Secretaria Municipal de Educação, Conselhos Escolares e órgãos de controle interno, garantindo acompanhamento efetivo das metas educacionais.

5. Conclusão

A adequação da Lei Municipal nº 2.860/2023 mostra-se medida indispensável para assegurar a regularidade do Município junto às exigências federais, preservar o acesso aos

recursos do FUNDEB e consolidar práticas modernas de gestão democrática no ensino público.

Por esses fundamentos, recomenda-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal o encaminhamento do Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal, a fim de promover as alterações necessárias e garantir justiça, transparência e excelência na gestão das escolas municipais de Alta Floresta.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
LEI COMPLEMENTAR Nº XXX/2025

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.860, de 06 de setembro de 2023, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público municipal de Alta Floresta - MT, para adequação à Resolução CIF nº 15, de 12 de junho de 2025, e à Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Autoria: Poder Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA - MT, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 30, incisos I e II da Constituição Federal, APROVA e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art 1º. O Art. 7º da Lei Municipal nº 2.860/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
Art. 7º A função de Diretor(a) Escolar das unidades de ensino públicas municipais será provida mediante processo seletivo público promovido pela Secretaria Municipal de Educação, fundamentado em critérios técnicos de mérito e desempenho, vedada qualquer forma de indicação política ou interferência externa.

§1º A seleção será realizada por meio de avaliação de conhecimentos, análise de títulos, entrevista psicossocial e submissão de plano de gestão, nos moldes definidos em edital público.

§2º A nomeação será precedida de processo democrático com participação da comunidade escolar, mediante escolha entre os candidatos previamente aprovados no processo seletivo, conforme critérios e regras estabelecidos em regulamentação específica.

.....

Art 2º. O Art. 8º da Lei Municipal nº 2.860/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação publicará Edital de Chamamento Público para provimento da função de Diretor(a) Escolar, assegurando a ampla participação de candidatos que preencham os requisitos legais e funcionais, com transparência, impessoalidade, publicidade e eficiência, em conformidade com os princípios do art. 37 da Constituição Federal.

.....

Art 3º. Ficam revogados os artigos 9º, 11, 12, 19 e 21 da Lei Municipal nº 2.860/2023, bem como todas as disposições que autorizem ou impliquem a intervenção do Chefe do Poder Executivo Municipal na fase prévia de indicação de candidatos ao processo seletivo.

Art 4º. Fica acrescido à Lei Municipal nº 2.860/2023 os seguintes artigos:

.....

Art. 09-A. Do chamamento público para função de Direção Escolar, Coordenação Pedagógica e Secretário(a) Escolar deverão obrigatoriamente ocupar cargo na Rede Municipal de Ensino e deverão atender os seguintes requisitos:

- I.** Para função de Direção Escolar, possuir nível Superior Completo.
- II.** Para função de Coordenação Escolar, possuir Licenciatura Plena;
- III.** Possuir idoneidade, caráter e moral ilibados aferidos da seguinte forma:
 - a)** Não haver sofrido penalidade em Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 05 (cinco) anos que antecedem as etapas de seleção do pleito.

- b) Não estar respondendo, à época das etapas de seleção, a Processo Administrativo Disciplinar, ou Sindicância Investigativa/Punitiva.
 - c) Não tenha sido advertido formalmente por atrasos em processos de prestações de contas, de quaisquer formas de recursos públicos recebidos a qualquer título nos últimos 04 (quatro) anos que antecedem a etapas de seleção do pleito.
 - d) Não haver sido condenado judicialmente em processos criminais de crimes contra a vida, contra o patrimônio, e nem condenações por atos de improbidade administrativa ou por crimes contra a Administração Pública.
- IV. Não estar em gozo das licenças para qualificação profissional, para interesse particular, mandato eletivo, atividade sindical e missão no exterior sem ônus;
- V. Não ser proprietário, sócio majoritário ou pessoa que participe de direção, gerência ou administração de empresas privadas e entidades que mantenham contratos com órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;
- VI. Estar adimplente junto à Prefeitura Municipal de Alta Floresta ou ao Tribunal de Contas do Estado;
- VII. Não estar com processo de aposentadoria em andamento;
- VIII. Não ter se afastado nos últimos 12 (doze) meses, em virtude de atestados médicos, consecutivos ou não, que somados ultrapassem 60 (sessenta) dias;
- IX. Não haver estado em readaptação funcional nos últimos 03 (três) anos que antecedem o pleito;
- X. Ter capacidade de gerenciar conflitos;
- XI. Demonstrar capacidade de articulação e gestão de pessoas;

XII. Ter habilidade de planejar em equipe e avaliar resultados;

XIII. Ter compreensão do processo ensino-aprendizagem;

XIV. Ter capacidade de iniciativa e tomada de decisões.

.....

Art 5º. Fica acrescido à Lei Municipal nº 2.860/2023 os seguintes artigos:

.....

Art. 12-A. O processo de seleção dos candidatos à função de Diretor(a) das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Alta Floresta tem por finalidade aferir a competência técnico-administrativa e pedagógica, a aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, com a efetiva participação da comunidade escolar, observando-se as seguintes etapas:

I – Primeira Etapa – Prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, sobre conhecimentos de gestão escolar, conforme conteúdo programático definido em edital específico, organizado por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, fixando nota classificatória mínima em 60 % (sessenta por cento);

II – Segunda Etapa – Participação em curso de formação de Gestão Escolar a ser oferecido pelos órgãos do SISMEN/AFL e/ou Controladoria Geral do Município, com carga horária mínima de 20 horas, de caráter obrigatório e eliminatório no qual o candidato deverá obter frequência mínima de 80% (oitenta por cento) para ser aprovado e convocado para a próxima etapa e no caso de falta deverá ser apresentado justo motivo de forma escrita apresentado à Comissão com antecedência hábil;

III – Terceira Etapa – Análise de títulos, de caráter classificatório, conforme critérios e pontuações estabelecidos em edital próprio;

IV – Quarta Etapa – Publicação dos candidatos classificados;

V – Quinta Etapa – Convocação dos candidatos aprovados;

VI – Sexta Etapa – Apresentação e entrega do Plano de Trabalho dos candidatos para as unidades escolares de sua inscrição;

VII – Sétima Etapa – Submissão do Plano de Trabalho à comunidade escolar, para fins de aprovação.

§1º Os candidatos poderão inscrever-se para apenas uma unidade escolar do Município, participar integralmente do processo seletivo promovido pela Secretaria Municipal de Educação e, se aprovado(a), será incluído(a) em lista de classificação geral.

§2º Nas unidades escolares em que houver mais de um(a) candidato(a) aprovado(a), deverão ser observadas obrigatoriamente as Etapas VI e VII do processo seletivo.

§3º O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) que não for escolhido(a) pela comunidade escolar da unidade para a qual se inscreveu permanecerá no cadastro geral da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser nomeado(a) futuramente em unidades onde não houver candidato(a) inscrito(a) ou aprovado(a) na Etapa VII.

§4º O Plano de Trabalho previsto no inciso VI deste artigo deverá ser apresentado em assembleia geral da comunidade escolar, convocada pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE, em horário que favoreça ampla participação dos membros da comunidade, assegurando-se espaço para apreciação e sugestões de melhoria.

§5º A apresentação do Plano de Trabalho à comunidade escolar deverá contar com o acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação e da comissão responsável pelo processo seletivo, devendo posteriormente ser encaminhado para homologação junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12-B. O resultado final do processo seletivo para designação da função de Diretor(a) Escolar será constituído pelo desempenho

do(a) candidato(a) nas etapas previstas nos incisos I a IV do art. 12-A, observando-se rigorosamente os critérios estabelecidos em regulamento específico.

§1º Nas unidades escolares em que não houver candidato(a) inscrito(a) ou em que nenhum(a) candidato(a) tenha sido aprovado(a) na forma do art. 12-A, a Secretaria Municipal de Educação deverá solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a nomeação de profissional constante no cadastro geral de aprovados, observando-se estritamente a ordem de classificação.

§2º Na hipótese de inexistência de cadastro geral de aprovados, a Secretaria Municipal de Educação deverá promover a abertura de novo processo seletivo específico para provimento da função de Diretor(a) Escolar na unidade escolar correspondente.

.....

Art 6º. Fica acrescido à Lei Municipal nº 2.860/2023 os seguintes artigos:

.....

Art. 19-A. O processo de seleção dos candidatos à função de Coordenação Pedagógica das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Alta Floresta tem por finalidade aferir a competência técnico-administrativa e pedagógica, a aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, com a efetiva participação da comunidade escolar, observando-se as seguintes etapas:

I – Primeira Etapa – Prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, sobre conhecimentos de coordenação pedagógica, conforme conteúdo programático definido em edital específico, organizado por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, fixando nota classificatória mínima em 60 % (sessenta por cento);

II – Segunda Etapa – Participação em curso de formação de Gestão Escolar a ser oferecido pelos órgãos do SISMEN/AFL e/ou Controladoria Geral do Município, com carga horária mínima de 20 horas, de caráter obrigatório e eliminatório no qual o candidato

deverá obter frequência mínima de 80% (oitenta por cento) para ser aprovado e convocado para a próxima etapa e no caso de falta deverá ser apresentado justo motivo de forma escrita apresentado à Comissão com antecedência hábil;

III – Terceira Etapa – Análise de títulos, de caráter classificatório, conforme critérios e pontuações estabelecidos em edital próprio;

IV – Quarta Etapa – Publicação dos candidatos classificados;

V – Quinta Etapa – Convocação dos candidatos aprovados;

VI – Sexta Etapa – Apresentação e entrega do Plano de Gestão dos candidatos para as unidades escolares de sua inscrição;

VII – Sétima Etapa – Submissão do Plano de Gestão à comunidade escolar, para fins de aprovação.

§1º Os candidatos poderão inscrever-se para apenas uma unidade escolar do Município, participar integralmente do processo seletivo promovido pela Secretaria Municipal de Educação e, se aprovado(a), será incluído(a) em lista de classificação geral.

§2º Nas unidades escolares em que houver mais de um(a) candidato(a) aprovado(a), deverão ser observadas obrigatoriamente as Etapas VI e VII do processo seletivo.

§3º O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) que não for escolhido(a) pela comunidade escolar da unidade para a qual se inscreveu permanecerá no cadastro geral da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser nomeado(a) futuramente em unidades onde não houver candidato(a) inscrito(a) ou aprovado(a) na Etapa VII.

§4º O Plano de Gestão previsto no inciso VI deste artigo deverá ser apresentado em assembleia geral da comunidade escolar, convocada pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE, em horário que favoreça ampla participação dos membros da comunidade, assegurando-se espaço para apreciação e sugestões de melhoria.

§5º A apresentação do Plano de Trabalho à comunidade escolar deverá contar com o acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação e da comissão responsável pelo processo seletivo, devendo posteriormente ser encaminhado para homologação junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 19-B. O resultado final do processo seletivo para designação da função de Coordenação Pedagógica será constituído pelo desempenho do(a) candidato(a) nas etapas previstas nos incisos I a IV do art. 19-A, observando-se rigorosamente os critérios estabelecidos em regulamento específico.

§1º Nas unidades escolares em que não houver candidato(a) inscrito(a) ou em que nenhum(a) candidato(a) tenha sido aprovado(a) na forma do art. 19-A, a Secretaria Municipal de Educação deverá solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a nomeação de profissional constante no cadastro geral de aprovados, observando-se estritamente a ordem de classificação.

§2º Na hipótese de inexistência de cadastro geral de aprovados, a Secretaria Municipal de Educação deverá promover a abertura de novo processo seletivo específico para provimento da função de Coordenação Pedagógica na unidade escolar correspondente.

.....

Art 7º. Fica acrescido à Lei Municipal nº 2.860/2023 os seguintes artigos:

.....
Art. -21A. O processo de seleção dos candidatos à função de Coordenação Pedagógica das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Alta Floresta tem por finalidade aferir a competência técnico-administrativa e a aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, com a efetiva participação da comunidade escolar, observando-se as seguintes etapas:

I – Primeira Etapa – Prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, sobre conhecimentos de secretaria escolar, conforme

conteúdo programático definido em edital específico, organizado por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, fixando nota classificatória mínima em 60 % (sessenta por cento);

II – Segunda Etapa – Participação em curso de formação de Gestão Escolar a ser oferecido pelos órgãos do SISMEN/AFL e/ou Controladoria Geral do Município, com carga horária mínima de 20 horas, de caráter obrigatório e eliminatório no qual o candidato deverá obter frequência mínima de 80% (oitenta por cento) para ser aprovado e convocado para a próxima etapa e no caso de falta deverá ser apresentado justo motivo de forma escrita apresentado à Comissão com antecedência hábil;

III – Terceira Etapa – Análise de títulos, de caráter classificatório, conforme critérios e pontuações estabelecidos em edital próprio;

IV – Quarta Etapa – Publicação dos candidatos classificados;

V – Quinta Etapa – Convocação dos candidatos aprovados;

VI – Sexta Etapa – Seleção dos candidatos aprovados;

§1º Os candidatos poderão inscrever-se para apenas uma unidade escolar do Município, participar integralmente do processo seletivo promovido pela Secretaria Municipal de Educação e, se aprovado(a), será incluído(a) em lista de classificação geral.

§2º Nas unidades escolares em que houver mais de um(a) candidato(a) aprovado(a), deverá ser observada obrigatoriamente a Etapa V do processo seletivo.

§3º O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) que não for escolhido(a) para a Unidade Escolar que se inscreveu permanecerá no cadastro geral da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser nomeado(a) futuramente em unidades onde não houver candidato(a) inscrito(a) ou aprovado(a) na Etapa VI.

Art. 21-B. O resultado final do processo seletivo para designação da função de Secretário(a) Escolar será constituído pelo

desempenho do(a) candidato(a) nas etapas previstas nos incisos I a IV do art. 21-A, observando-se rigorosamente os critérios estabelecidos em regulamento específico.

§1º Nas unidades escolares em que não houver candidato(a) inscrito(a) ou em que nenhum(a) candidato(a) tenha sido aprovado(a) na forma do art. 21-A, a Secretaria Municipal de Educação deverá solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a nomeação de profissional constante no cadastro geral de aprovados, observando-se estritamente a ordem de classificação.

§2º Na hipótese de inexistência de cadastro geral de aprovados, a Secretaria Municipal de Educação deverá promover a abertura de novo processo seletivo específico para provimento da função de Secretário(a) Escolar na unidade escolar correspondente.

.....

Art 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.